

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS METODOLOGIAS ADOTADAS NA PANDEMIA DE COVID-19

Indilólia Maria Borges

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: borgesindiloilia@gmail.com)

Sara Veríssimo Ataídes

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: saraverissimorv857@gmail.com)

Daniel Alves Feliciano

Orientador do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: daniel.alves2@hotmail.com)

RESUMO

Este estudo visa apresentar o cenário escolar em tempos de pandemia, em especial as metodologias adotadas no ensino dos estudantes com necessidades educacionais específicas. Para o desenvolvimento deste trabalho, foi adotada a pesquisa bibliográfica, que permitiu destacar as normas que promovem o ensino inclusivo, assim como o contato com diversos autores que remetem a importância de práticas inclusivas para que não haja atraso no desenvolvimento dos alunos, além de estudos recentes sobre o tema. No período da pandemia, as ferramentas tecnológicas auxiliaram na continuidade do ensino, foi por meio delas que os alunos puderam continuar com as aulas através do ensino remoto. O conhecimento obtido por esta pesquisa desperta interesse porque a escola é um espaço de diversos desafios o que oportuniza a realização de constantes investigações.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Práticas pedagógicas. Covid- 19.

INCLUSIVE EDUCATION AND THE METHODOLOGIES ADOPTED IN THE COVID-19 PANDEMIC

ABSTRACT

This paper aims to present the school scenario in times of pandemic, in particular the methodologies adopted for students with specific educational needs. The bibliographic research was adopted for the development of this paper, this research allowed us to highlight the norms that promote inclusive teaching, as well as contact with several authors who discuss about the importance of inclusive practices so that there is no delay in the development of students, in addition to studies recent on the topic. In the period of the pandemic, technological tools helped in the continuity of teaching, it was through them that students were able to continue with classes through homeschooling. The knowledge obtained by this research arouses interest because the school is a space of many challenges, which makes it possible to carry out constant investigations.

Keywords: Inclusive Education. Pedagogical practices. Covid-19.

1 INTRODUÇÃO

Com o isolamento social ocasionado pela pandemia decorrente do coronavírus, as instituições de ensino tiveram que adaptar seus métodos de ensino com a intermediação de ferramentas digitais e demais recursos de acesso facilitado aos pais. Esse momento foi desafiador para todos envolvidos no processo: gestores, professores, apoio, pais e principalmente para os alunos.

Medidas de abrangência nacional e decretos estaduais e municipais passaram a orientar as estratégias especiais, projetadas para manter as atividades escolares. Muitas instituições de ensino adotaram um modelo subsidiado de aulas à distância, mediados por tecnologias e recursos digitais.

Por se tratar de uma experiência relativamente nova e repentina, o ensino e a aprendizagem remotos foram adequados de forma emergencial, portanto, carecem ainda de maior investigação, discussão e reflexão acerca das novas metodologias adotadas pelos educadores neste período pandêmico.

Os educadores passaram a ser desafiados, e, conseqüentemente, tiveram que desenvolver/adaptar e implementar novos métodos de aprendizagem virtual, corroborando assim para a ocorrência das aulas remotas. Com esta nova vertente de ensino, necessária para o momento, e visando minimizar os possíveis prejuízos no processo de ensino e aprendizagem, as instituições passaram a adotar mecanismos, como apresentações gravadas em sala de aula, aulas em canais de TV e até entregando atividades escolares nas casas dos alunos, para que estes não perdessem o ano letivo.

O maior desafio se deu com os alunos da inclusão, cada um com suas especificidades recebiam o apoio de um educador, que era ajustado conforme suas necessidades específicas. Com essa nova vertente de ensino, as conexões construídas em sala de aula entre alunos e professores ficaram comprometidas. A construção de um planejamento deveria ocorrer conforme a realidade daquele momento e com as particularidades de cada um.

Nesse contexto, surgiu o questionamento: Como os professores trabalharam as metodologias para atender as particularidades dos alunos de inclusão no período pandêmico?

Os desafios foram inúmeros, tanto para os professores, quanto para os pais que passaram a acompanhar seus filhos nas aulas on-line. As atividades tinham que despertar o interesse das crianças e esse elemento foi crucial para que o aprendizado

acontecesse. As práticas pedagógicas, tomadas de decisão e conscientização da comunidade escolar passaram a ser discutidas com mais frequência, porque a escola estava acontecendo dentro da casa de seus clientes, ou seja, na casa dos alunos com seus pais.

Nessa perspectiva, este trabalho propôs, por meio de uma pesquisa bibliográfica, enfatizar as metodologias trabalhadas com a inclusão no período pandêmico, com ênfase nas principais dificuldades dos professores e alunos, ocorridos durante a pandemia de Covid-19.

2 O PROCESSO EDUCACIONAL NO ISOLAMENTO SOCIAL DA COVID-19

A pandemia gerou mudanças na vida das famílias e da sociedade de modo geral e impactou a saúde física, biológica e mental das pessoas (FERNANDES *et al.*, 2021). Com o distanciamento social as escolas tiveram que reinventar e adaptar seus serviços em prol da educação de todos.

A educação presencial ofertada pelo sistema remoto tornou-se desafiante para a escola, então foi preciso pensar em práticas diversas e, com isso, contemplar todos os alunos e também a proposta da inclusão escolar. Silva (2018, s./p.) explica que:

A escola que se espera para o século XXI tem compromisso não apenas com a produção e a difusão do saber culturalmente construído, mas com a formação do cidadão crítico para fazer face às demandas cada vez mais complexas da sociedade moderna.

Neste enfoque, tem-se a inclusão que objetiva atender alunos com necessidades especiais. A formação do cidadão engloba todos independentemente da demanda e particularidades de cada um. Por isso, a educação encontra-se em um campo de muitas opiniões e posições políticas e, pela falta de clareza e objetividade dos envolvidos, a inclusão promove debates incansáveis. Muitas normativas que direcionam a escola não são empregadas como deveriam, ou seja, não atendem todos os indivíduos conforme suas necessidades. Assim, é importante pontuar o que Mantoan (2014, p. 1) aborda sobre a educação inclusiva:

Educação que acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no

cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro (MANTOAN, 2014, p. 01).

O isolamento e as recomendações que objetivaram a prevenção da doença influenciaram negativamente o desenvolvimento das crianças que se enquadram na Educação Inclusiva, por meio de medo, estresse e ansiedade; tornando-se assim mais um obstáculo diante da educação básica brasileira.

Identifica-se que, quando se trata da saúde mental infantojuvenil, a transformação na assistência se deu tardiamente e muitas vezes atrelada ao cenário dos adultos. Foi somente com a III Conferência Nacional de Saúde Mental, em 2001, que se passou a considerar a construção de políticas públicas e estratégias de cuidado específicas para essa população (FERNANDES *et al.*, 2021, p. 5).

Em razão do distanciamento social, diversas esferas da sociedade sofreram adaptações em suas rotinas pessoais ou de trabalho. A educação presencial foi uma dessas esferas e, buscando minimizar os efeitos da paralisação, o ensino remoto foi adotado.

Tornou-se imperativo para a escola pensar em práticas diversas que pudessem contemplar todos os alunos dentro do que é a proposta de inclusão escolar, sem perder de vista o cenário em que a sociedade esteve imersa.

As atividades pedagógicas não presenciais aplicam-se aos alunos de todos os níveis, etapas e modalidades educacionais. Portanto, é extensivo àqueles submetidos a regimes especiais de ensino, entre os quais os que apresentam altas habilidades/ superdotação, deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), atendidos pela modalidade de Educação Especial. As atividades pedagógicas não presenciais, mediadas ou não por tecnologias digitais de informação e comunicação, adotarão medidas de acessibilidade igualmente garantidas, enquanto perdurar a impossibilidade de atividades escolares presenciais na unidade educacional da educação básica e superior onde estejam matriculados (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2020, p. 14-15).

Diante disso, as escolas adquiriram nuances adicionais para remover barreiras e minimizar o impacto do isolamento social no ano letivo. A educação inclusiva já era um desafio constante no âmbito escolar e, com os problemas gerados pela Covid-19, o ensino remoto tornou-se um meio imediato para garantir os direitos básicos da educação e saúde de forma que não comprometesse tanto o currículo escolar.

É evidente que há necessidade de remodelação da escola inclusiva para as crianças desenvolverem suas habilidades com o uso de recursos tecnológicos.

O software, por exemplo, é um programa que desenvolve habilidades visuais, auditivas, leitura e escrita com crianças que apresentam tais situações. A declaração de Salamanca (1994), assegura que todos os alunos devem aprender juntos independentemente das dificuldades e das diferenças apresentadas: É uma proposta que cria perspectiva tanto para os profissionais da educação quanto para os pais que de certa forma não estão satisfeitos com alguns modelos de exclusão social. Essas mudanças fizeram com que professores e escolas mudem suas concepções e práticas de ensino em sala de aula (SILVA, 2018, s./p.).

Com o aumento das tecnologias e os grandes estímulos recebidos pelas redes sociais, faz-se preciso novos estudos sobre o uso de inovações tecnológicas para crianças da inclusão. O ensino individualizado e direcionado faz diferença no desenvolvimento das habilidades dessas crianças.

O domínio da tecnologia facilita o acesso de jogos e atividades pedagógicas que favorecem o aumento de interesse dos alunos, contudo o trabalho de conscientização de uso de tecnologias também deve ser incentivado para que não seja utilizado de forma imprudente.

O êxito de sua atividade é determinante pelas suas condições de trabalho, formação, competência pedagógica, habilidades e avaliações periódicas das estratégias metodológicas utilizadas. Mas, de que forma podemos disponibilizar as pessoas com múltiplas deficiências (físicas, cognitivas, psicossociais) as possibilidades para um desenvolvimento da globalidade humana, tornando as tecnologias instrumentos de criação e inovação do conhecimento, um direito de inclusão social e democrática dos saberes? A democratização da cultura por meio da formação permanente de modos de pensar pela via da TA (Tecnologia Assistida), por exemplo, pode abrir novos mundos aos sujeitos que têm dificuldades físicas, de relacionamento e convivência social, para que estabeleçam contatos e elos, aprimorando conhecimentos, encontrando formas alternativas de diversão, relações afetivas, de vínculos sociais e de participação cidadã (LEVY; FACION, 2009, p. 200).

Conforme os apontamentos acima, é perceptível que há necessidade de aprimorar os conhecimentos dos profissionais da educação na área tecnológica. As estratégias que envolvem tecnologias são realidade nas salas de aula nos dias de hoje, mesmo que a criança tenha limitações para interagir, ela precisa socializar e estabelecer contatos com os demais componentes do grupo, para construir relações de afeto e vínculos que estabeleçam a inclusão.

Esse processo de aprimoramento da aplicabilidade das tecnologias em sala de aula ocorria de forma gradativa e lenta. Com a proliferação da Covid-19, assistiu-se uma série de medidas implantadas, principalmente na adoção de alternativas que

atendessem aos alunos e seus familiares com a aplicação de programas que substituíssem o ensino presencial para mídia digital durante a situação pandêmica. O desenvolvimento de normas especiais para o ensino superior permitiu flexibilidade de dias, e a implementação de programas que favoreceram a ampliação do escopo de procedimentos educativos (BRASIL, 2020).

Além disso, é necessário enfatizar que algumas crianças possuem baixa imunidade devido aos tratamentos específicos de saúde e o uso facultativo de máscaras que as deixam mais acessíveis a contaminações, tornando-as como grupo de risco e indicadas para as aulas remotas com professora regente e apoio educacional, caso seja necessário. A tecnologia pode ajudá-las nesse sentido, em caso de tratamento médico ou com o afastamento da escola em períodos não pandêmicos.

2.1 A educação inclusiva e a pandemia

Mudanças ocorreram com o isolamento social, no período da pandemia. Naquele momento, as escolas tiveram que se adaptar a uma nova realidade, e com isso, uma nova educação se instalou. Os educadores e todos os atores deste processo tiveram que lidar com novas práticas educativas, alterando de forma drástica o planejamento tradicional (VIEIRA; SECO, 2020).

O maior desafio ocorreu com a inclusão, já era nítida a falta de estrutura do corpo docente, as complicações para obter êxito na execução de projetos pedagógicos inclusivos, deficiência da estrutura física das escolas, os poucos cursos de formação para os profissionais da educação especial, assim como de recursos materiais, instrumentais, entre outros (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Com tantas barreiras pontuadas, “o isolamento social dificulta ainda mais o acesso dos profissionais da educação ao estudante da educação especial”. Para confirmar essa dificuldade, a literatura atual reforça o descaso com esse tipo de estudo ao falar pouco, ou mesmo não dar nenhuma atenção a este público da educação especial (ROCHA; VIEIRA, 2021, p. 2).

O isolamento social, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) adquiriu nuances adicionais além do objetivo primordial de remover barreiras, que são necessárias para qualificar a educação normal e as parcerias familiares. Dadas as

condições dos alunos atendidos, a parceria com as famílias foi um fator preponderante, pois em algumas propostas apresentadas era necessário que um terceiro implementasse as atividades, ou a proposta ofertada pelo educador.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) em particular, o trabalho do professor é amplamente insubstituível no planejamento e na mediação pedagógica, e com a necessidade de mudança, muitos foram os desafios enfrentados neste período, conforme dispõe o Instituto Rodrigo Mendes (2020, p. 5-6):

A repentina transformação trouxe impactos mais severos às pessoas socialmente mais vulneráveis, e pode acabar por aprofundar o contexto de desigualdade já existente. No contexto brasileiro, podemos observar disparidades no acesso à Internet, na oportunidade de aquisição de habilidades digitais e na acessibilidade a equipamentos. Muitas crianças brasileiras sequer possuem um lugar adequado para estudar em suas casas, enquanto grande parte dos professores brasileiros não tem conhecimento técnico ou pedagógico para a implementação do ensino online e não são incentivados a fazê-lo.

As diferenças no processo de ensino já eram latentes, a pandemia acentuou as desigualdades exemplo disso é a quantidade de famílias que não tiveram recursos para acompanhar as aulas on-line, promovidas naquele momento de isolamento social. Desta maneira, a realidade antes velada, veio à tona, pois a classe mais carente ficou completamente sem acesso às aulas, e, conseqüentemente o aluno de inclusão, que tinha maior necessidade de acompanhamento no desenvolvimento de suas tarefas foram os mais prejudicados.

Para Serafini (2012, p. 71), “[...] a educação a distância chega nesse cenário atual da educação com parâmetros tecnicistas de massificação, criando, dessa forma, uma contradição com a realidade da educação atual, gerando conflitos pedagógicos.” Aquisição de recursos tecnológicos, formação de professores para suprir a necessidade dos alunos e a parceria com as famílias.

Infelizmente, a escola não consegue atender todos os alunos devido aos recursos tecnológicos escassos e a indisponibilidade das famílias, ou até mesmo certo descaso, como responsáveis que não consideram a educação de suas crianças como prioridade.

2.1.1 Os desafios da Educação Inclusiva no ensino remoto

Os professores se viram na difícil missão de reinventar suas práticas, distanciando-se de metodologias exclusivas do ensino presencial, para novas práticas que contemplem uma dinâmica mais próxima do ensino a distância.

Por conseguinte, observa-se uma demanda explícita da sociedade para que a escola básica forneça o domínio dessa tecnologia, criando, portanto, situações adequadas à obtenção desses conhecimentos. Assim sendo, os requisitos tecnológicos reconhecidos socialmente como imprescindíveis hoje não podem estar ausentes do currículo das escolas. Assim, espera-se que os currículos reflitam essa prioridade. Aliás, tal prioridade também constitui, por uma série de razões que não cabe aqui discutir, uma exigência das políticas educacionais governamentais (SETTE; AGUIAR; SETTE, 1999, p. 36).

No entanto, não há de se investir somente em formações que tenham por tema o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs de forma paralela aos outros assuntos/contextos, mas todas as formações continuadas precisam estar atualizadas e contextualizar o ensino que oferecem, dando base para o professor repensar sua prática pedagógica e ser capaz de relacioná-la com a sua realidade.

Certamente, a tecnologia – como máquina ou equipamento – é um meio ou pode ser vista como um instrumento ou ferramenta da qual o homem se apropria para atingir finalidades diversas. Por exemplo, um fórum de discussão pode ser utilizado numa aula na qual os alunos entrevistam um biólogo de outra cidade sobre um conteúdo curricular; ou pode ser utilizado para o professor responder às dúvidas dos alunos sobre um conteúdo específico; ou, ainda, como uma espécie de biblioteca na qual o professor disponibiliza conteúdo específicos para os alunos. O uso desse meio de comunicação assíncrono poderá ser mais ou menos interativo, assim como envolver alunos e professores em diversos níveis favorecendo uma pedagogia mais transmissiva ou mais ativa (PEIXOTO, 2015, p. 324).

Os professores nas aulas remotas puderam utilizar tecnologias como mediadoras nos processos educativos e associaram as atividades de interação e socialização por meio de videochamadas e interações virtuais com a preocupação de atingir os objetivos socioemocionais nas crianças da inclusão, como já estava previsto na Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018).

Considerando a possibilidade de aproximação com as crianças, mesmo remotamente, foi proposto no segundo semestre deste ano que além das atividades planejadas, os professores do AEE passassem a atender os alunos de forma síncrona por meio de videochamadas quinzenais.

O serviço é garantido em formato assíncrono. Alguns professores relataram falta de conexões, interações e relacionamentos com seus alunos no início da

proposta, e após a consulta síncrona, passaram a se relacionar mais de perto e já foi possível acompanhar o andamento das crianças participantes (FACHINETTI; SPINAZOLA, CARNEIRO, 2021).

Não há como negar que esse momento é cansativo para todos, especialmente para muitos pais que precisam conciliar o *home office*, afazeres e o exercício da maternidade/paternidade, mas com ajuda de bons profissionais e o desejo de garantir a qualidade da educação dos filhos pode se tornar um evento de sucesso.

2.2 O ensino ofertado aos alunos inclusivos no período da pandemia

Além dessa adaptação da rotina e interação, surgiu mais uma necessidade, a de suprir as demandas de ensino e aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, que estão nas classes regulares do ensino básico, fazendo parte da Educação Inclusiva.

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Além do professor regular na sala de aula (seja em sua disciplina específica ou no ensino globalizado), alguns alunos com deficiência tem um auxiliar de ensino que o acompanha em todo o seu período de permanência na escola, seja por questão de saúde, de aprendizado ou de mobilidade.

O profissional de apoio que atende somente o aluno da inclusão é um parceiro do professor, e ambos trabalham com a turma e com o aluno incluído. A educação inclusiva acolhe deficiência física, comprometimento mental, superdotados e qualquer pessoa que apresenta limitação que comprometa a sua aprendizagem.

Essa troca de aprendizado vai de aluno para professor, as escolas oferecem além do ensino regular, um currículo que garanta o aprendizado, acompanhamento de um profissional de apoio e também o serviço de Atendimento Educacional Especializado.

Na pandemia, muita coisa precisou ser adaptada, muito além do currículo, muito além do olhar apenas a um diagnóstico ou laudo médico, as crianças com

deficiência não se reduzem a um diagnóstico. As que têm síndrome de Down não são iguais nem parecidas (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

As atividades de ensino não presenciais devem incluir alunos com deficiência, Alta Habilidade/Gênio e Transtorno do Espectro Autista. Aquelas com autismo são diferentes entre si e isso vale para qualquer outro transtorno ou síndrome. As informações científicas são pertinentes para ampliar a compreensão da criança, não para rotulá-la. A busca do professor por informações sobre transtornos e síndromes é, sem dúvida, importante. Mas, para compreender o estudante em si mesmo, é preciso recorrer à família, então nesse caso é o principal item para que se possa ter sucesso no trabalho a ser desenvolvido.

A ausência da escola afeta severamente aqueles que têm apenas a escola como atividade social. Este confinamento social prolongado não só afetou extremamente os alunos deficientes, mas seus familiares e/ou cuidadores. Dessa forma, as pesquisas no campo da educação especial destacam a prática de um currículo diversificado, além de ampliar o conceito tradicional de aprendizagem, mais do que nunca, o currículo deve ser flexível o suficiente para permitir que os professores encontrem soluções e superem as barreiras para cada aluno, especialmente se a instrução presencial for interrompida (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Compreendendo a Educação Especial e os alunos com deficiência, a pandemia de Covid-19 deixou claro que a ação do governo torna-se urgente, dada diversas necessidades. Neste momento, muitos alunos sofreram uma perda repentina no desenvolvimento e aprendizagem; as pessoas com deficiência sofrem mais pelo simples fato de que na escola alcançam ganhos extremamente importantes em todas as áreas da vida (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Vale ressaltar que, para muitos desses alunos, a escola é a única que oferece cuidados além das questões de ensino. As escolas são muitas vezes a "ponte" principal responsável pela alimentação e outros serviços relacionados à saúde e assistência social.

Cada criança portadora de deficiência possui especificidades e limitações que necessitam ter total atenção do professor e do apoio. A prática pedagógica escolhida faz a diferença no processo de ensino e aprendizagem do aluno devido a sua capacidade de interpretar ou de prender a atenção desse aluno durante o ensino. É

necessário que as aulas tenham objetivos claros bem estabelecidos para que o aluno possa manter o interesse na aula.

2.3 Metodologias adotadas no ensino inclusivo no período da pandemia

Com a necessidade de adaptar o ensino durante o período pandêmico, professores buscaram por metodologias ativas para instigar o aluno ao conhecimento previsto no currículo escolar. Os métodos ativos de ensino-aprendizagem favorecem positivamente nesta nova adaptação de ensino.

O ensino baseado em pesquisas, problemas e projetos fez parte do plano de ação dos professores. No entanto, a introdução dessa prática docente dispõe de disposição para enfrentar diversos desafios. O método tradicional, embora eficiente para a transmissão de informações e instruções, na Educação Infantil é ineficiente (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

As crianças incluídas se dispersam com rapidez e isso exige a busca pela metodologia lúdica que estimule esses aprendizes ao encontro com o conhecimento de tal forma que priorize os direitos de aprendizagens previstas em Brasil (2018), que são eles: brincar, conviver, explorar, conhecer-se, expressar e participar.

O estilo de educação que prioriza o trabalho em equipe, que busca a interdisciplinaridade e o compromisso com a integralidade das ações [...]. A interação com a comunidade, mediante a elaboração de trabalhos, atividades ou projetos com a realidade concreta, pode ser também considerada uma forma de flexibilizar a aprendizagem e elaborar estratégias que ajudem a solucionar seus problemas (GEMIGNANI, 2012, p. 20).

As atividades pedagógicas que possibilitam a maior interação entre o estudo teórico e a prática do cotidiano do aluno edificam o conhecimento e simplificam ao aluno a importância de se trabalhar determinado conteúdo.

Segundo Libâneo (1994, p. 44) “A escolha e organização dos métodos de ensino devem corresponder à necessária unidade objetivos-conteúdos-métodos e formas de organização do ensino e às condições concretas das situações didáticas”, ou seja, o professor precisa relacionar o conhecimento a ser produzido com a metodologia mais adequada e com os recursos mais eficazes.

Para Horn e Staker (2015, p. 34) o ensino híbrido “é qualquer programa educacional formal no qual um estudante aprende, pelo menos em parte, por meio do

ensino on-line, com algum elemento de controle dos estudantes sobre o tempo, o lugar, o caminho e/ou ritmo”. Essas crianças necessitam de auxílio de adultos para a execução das atividades. As metodologias escolhidas pelos docentes teriam que agradar aos pais e as crianças para que o processo de ensino-aprendizagem pudesse acontecer.

As metodologias de ensino criadas pelos professores durante as aulas remotas teriam que simplificar o apoio que os pais dão aos seus filhos durante o auxílio das atividades escolares, e deveriam utilizar recursos de fácil acesso e de baixo custo. A didática escolhida pelo professor também necessita agradar os pais para motivá-los no acolhimento do processo de ensino e aprendizagem dos alunos.

Na tentativa de aproximar as famílias, as crianças e a escola, foram propostas atividades planejadas, focadas nas necessidades dessas crianças e também videochamadas quinzenais. Alguns docentes relataram no início da proposta que sentiam falta de conexões, interações e relacionamentos, após o atendimento síncrono, passaram a relatar estar mais próximos e já capazes de acompanhar o progresso das crianças. Isso contribuiu muito para a interação das crianças no processo educacional.

O planejamento semanal é realizado seguindo a adaptação do currículo devido à pandemia, envolvendo sempre a família como ferramenta principal para o desenvolvimento da criança. O ensino não presencial mexe com todos os estudantes, mas a criança com deficiência por vezes não compreende o que está acontecendo, simplesmente foi retirada da sua rotina de escola, de atendimentos clínicos e pedagógicos e passou a ficar somente em casa (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

A construção das atividades após o planejamento é um acordo que deve ser feito entre todos os profissionais envolvidos, de modo que o auxiliar, pela natureza de sua função ser mais prática, pode deter esta atribuição. Esta não é uma regra, pois apesar de todos terem suas funções especificadas, a união e a parceria se tornam fundamentais para que a criança tenha acesso aos materiais produzidos, de acordo com suas necessidades e capacidades (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

O planejamento consiste não somente em adaptar o conteúdo ou o projeto que está sendo desenvolvido. Planejar, na educação inclusiva, requer estar aberto à novas formas de ensinar, requer imersão no que se tem de conhecimento do aluno, ouvir a

família e, principalmente, avaliar constantemente o que se tem feito, garantindo eficácia e qualidade no trabalho desenvolvido (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Por fim avaliar envolve valor, e valor envolve pessoa. Avaliação é, fundamentalmente, acompanhamento do desenvolvimento do aluno no processo de construção do conhecimento. O professor precisa caminhar junto com o educando, passo a passo, durante todo o caminho da aprendizagem. A educação inclusiva mais uma vez veio para desafiar e mostrar que o educador não é, definitivamente, aquele que transmite um conhecimento previamente estabelecido. Educador é aquele que busca, que se aperfeiçoa, que se reinventa, se redescobre, se reorganiza (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

No que concerne sobre alternativas para mediar o processo de ensino, foram utilizadas ferramentas tecnológicas que promovessem a produção de conhecimentos e o cumprimento do currículo obrigatório na rede municipal, garantindo assim o plano de curso, a carga horária mínima e o desenvolvimento dos alunos (FACHINETTI; SPINAZOLA; CARNEIRO, 2021).

Foi possível encontrar softwares e aplicativos gratuitos voltados à educação e ao currículo. Um exemplo disso é o serviço gratuito do Google *G Suite for Education*, que são ferramentas direcionadas às escolas e à educação domiciliar. São caracterizadas por plataformas em rede que disponibilizam armazenagem de arquivos em nuvens, formatações de textos, planilhas, slides, vídeos e formulários, de uso on-line. Além disso, é possível utilizar chat, videochamadas e encontros virtuais. Trata-se de ferramentas para auxiliar o ensino durante as aulas não presenciais de tal forma que os usuários podem acessá-las por qualquer dispositivo conectado à internet.

3 METODOLOGIA

A metodologia utilizada na presente pesquisa foi revisão bibliográfica, que se efetivou através da busca livre em artigos e doutrinas, nas plataformas do Google Acadêmico, Capes, bibliotecas virtuais e livros, o que possibilitou a ampliação da compreensão do tema em questão.

A pesquisa bibliográfica é uma forma de averiguar cientificamente a revisão da literatura que direciona os diferentes entendimentos relacionados à temática. Este estudo consiste em reunir referências que auxiliem na construção da investigação.

Para compreender melhor, Cervo e Bervian (2006, p. 65) afirmam que “a pesquisa bibliográfica procura explicar um problema a partir de referência teórica publicadas em documentos”.

4 DISCUSSÃO: metodologias utilizadas no ensino remoto no período pandêmico

A educação inclusiva deve ter interação entre as crianças que possuem deficiências com as demais ditas “normais”. Essa relação cria um ambiente com respeito e que possibilita aprendizagem para ambas as partes, principalmente quando isso apresenta a intencionalidade pedagógica (MANTOAN, 2014).

Fernandes *et al.* (2021) justifica que as políticas públicas que beneficiam crianças com deficiências vieram tardiamente devido a cultura de tratar crianças como “pequenos adultos”, minimizando os problemas desenvolvidos pelas crianças nos primeiros anos de vida e tornando-as desprovidas de cuidados relevantes para a faixa etária.

As políticas públicas direcionadas às crianças vieram para tratá-las como sujeitos de direitos. Um exemplo disso seria o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais leis que tangem à educação inclusiva (CONTE, 2019).

Na visão de Serafini (2012), a educação atual ainda possui parâmetros tecnicistas, os quais geram conflitos pedagógicos e não viabilizam o ensino com qualidade. Isso compromete o desenvolvimento mental, físico e social da criança, principalmente no desenvolvimento de cidadãos críticos.

Para Sette, Aguiar e Sette (1999) a tecnologia precisa fazer parte das práticas pedagógicas na sala de aula e também como ferramentas que contribuem para o ensino-aprendizagem na ambiência escolar.

Fachinetti, Spinazola e Carneiro (2021) acreditam que o acesso demasiado a tecnologias desfavorece o desenvolvimento de crianças que dependem de interações com demais crianças e adultos para o seu desenvolvimento pessoal e para a sua carreira escolar.

A escola do século XXI possui vários desafios a serem enfrentados. Mesmo com o avanço da tecnologia e da acessibilidade de informações produzidas pelas redes sociais e sites, as instituições de ensino ainda enfrentam problemas referentes à desigualdade social, pois nem todos os brasileiros possuem acesso à educação de qualidade. Isso ficou em evidência no período pandêmico da Covid-19, em que a

educação presencial precisou ser mediada por tecnológicas e acessos a redes sociais para possibilitar o ensino “gratuito e igualitário” (SILVA, 2018).

Ao considerar que a escola ainda é o melhor campo para estudos e pesquisas devido à diversidade cultural e a miscigenação de povos que fazem parte da comunidade escolar, a presença da criança com deficiência ainda é vista como um grande desafio na sala de aula, principalmente para o professor desinformado e sem experiência com Educação Inclusiva. Tudo isso torna mais distantes ainda o direito de acesso ao ensino de qualidade previsto na Constituição Federal de 1988 e nas demais leis e regimentos que resguardam os direitos e os cuidados básicos com as crianças e demais pessoas com deficiência.

É notório que as políticas públicas de ensino necessitam de melhorias nas práticas democráticas para avaliar melhor as condições de ensino de crianças minoritárias, com deficiências diversas, ou ainda para reconhecê-las como crianças que precisam de maior atenção e de maiores cuidados para desenvolverem-se.

O uso de tecnologias apresenta facilidades e enriquecem o ensino por meio de estímulos visuais e auditivos, contudo, ainda existe uma parcela de alunos que podem desenvolver transtornos diversos ao terem acesso a meios eletrônicos por muitas horas no dia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que existem necessidades diversas no que tange à educação pública brasileira. Somos pioneiros em criar leis e práticas pedagógicas diversas ou mesmo documentos que sensibilizem a todos quanto à igualdade e equidade a todos os brasileiros, mas negligenciamos as diferenças sociais que interferem diretamente no ensino no Brasil.

Atualmente, professores e alunos de todo o país enfrentam desafios desconhecidos de práticas de ensino que precisam ser adaptadas a uma nova forma de ensinar que leve em conta as condições específicas de aprendizagem de muitos alunos. Portanto, alcançar uma variedade de materiais e recursos, aliados a uma proposta curricular mais flexível, pode nos ajudar a pensar em recursos didáticos menos rígidos, não apenas para os alunos deficientes, mas para todos os alunos

envolvidos no processo. Nessa direção, os conceitos de diferenciação curricular apresentados neste trabalho podem facilitar muito a ideia de novas práticas não exclusivas, não apenas para alunos com deficiência, mas para todos os alunos atualmente deslocados do processo de ensino.

Este estudo confirma que as oportunidades para as pessoas com deficiência perpassam sua limitação psíquica, física e social, como também sua capacidade aquisitiva, por exemplo, para adquirir novos investimentos tecnológicos para conseguir se adaptar ao sistema de aulas remotas. É preciso levar em conta ainda que, depois de dois anos em regime remoto, as crianças ainda enfrentam novas adversidades para se readaptarem ao ensino presencial.

Não se pode admitir que as crianças da inclusão sejam esquecidas diante dos números de crianças com atraso no desenvolvimento educacional, pois ainda temos leis que garantem o ensino de qualidade a todos, inclusive aqueles que possuem limitações que possam comprometer a sua educação e desenvolvimento no período de escolarização.

Além disso, a inclusão parte não apenas das ações da sala de aula, mas de todo envolvimento que a escola tem diante da diversidade e das necessidades específicas dos alunos. A educação inclusiva é considerada como movimento político em prol das pessoas com deficiência que possuem direito à educação de qualidade, independentemente da sua limitação física, cognitiva ou social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <basecomum.mec.gov.br>. Acesso em: 23 mar. 2023.

_____. Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020. **Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19**. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 17 fev. 2020.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002.

CONTE, Elaine. **A inclusão digital de crianças com múltiplas deficiências na escola**. 2019.

FACHINETTI, Tamiris Aparecida; SPINAZOLA, Cariza de Cássia; CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva no contexto da pandemia: relato dos desafios, experiências e expectativas. **Educação em Revista**, Marília, v. 22, n. 1, p. 151-166, 2021.

FERNANDES, Amanda Dourado Souza Akahosi *et al.* Desafios cotidianos e possibilidades de cuidado com crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) frente à COVID-19. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 29, 2121. Disponível em: <<https://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/2805>>. Acesso em: 12 maio 2022.

GEMIGNANI, Elizabeth Yu Me Yut. **Formação de professores e metodologias ativas de ensino aprendizagem**: ensinar para a compreensão. *Fronteiras da Educação* [online], Recife, v. 1, n. 2, 2012. Disponível em: . ISSN 2237-9703. HORN, Michel B.; STAKER, Heather. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso. 292, 2015.

HORN, Michel B.; STAKER, Heather. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Tradução de: Maria Cristina Gularte Monteiro. Porto Alegre: Penso, 2015.

INSTITUTO RODRIGO MENDES. **Protocolos sobre educação inclusiva durante a pandemia da covid-19**: Um sobrevoo por 23 países e organismos internacionais. 2020. Disponível em: <<https://fundacaogrupovw.org.br/wp-content/uploads/2020/07/protocolos-educacao-inclusiva-durante-pandemia.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2022.

LEVY, Gisele C. T. de M.; FACION, José Raimundo. O papel do professor na educação inclusiva. In. FACION, José Raimundo. **Inclusão escolar e suas implicações**. 2. ed. Curitiba: Ibepe, 2009. p. 139-167.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. **Inclusão promove justiça**. 2014. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica>>. Acesso em: 19 ago. 2021.

PEIXOTO, Joana. Relações entre sujeitos sociais e objetos técnicos uma reflexão necessária para investigar os processos educativos mediados por tecnologias. **Revista Brasileira de Educação**, v. 20, p. 317-332, abr./jun.2015.

ROCHA, Gilda Fernandes Silva; VIEIRA, Márcia de Freitas. Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota. **Dialogia**, São Paulo, n. 39, p. 1-17, set./dez. 2021.

SERAFINI, Alessandra Menezes dos Santos. **A autonomia do aluno no contexto da Educação a Distância**. Educação em foco, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p. 61-82, jul./out. 2012.

SETTE, Sonia Schechtman; AGUIAR, Márcia Angela; SETTE, José Sérgio Antunes. **Formação de professores em informática na educação: um caminho para mudanças**. Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação à Distância e Programa Nacional de Informática na Educação, 1999. Disponível em: <<http://escola2000.net/eduardo/textos/proinfo/livro05-Sonia%20Sette%20et%20alii.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

SILVA, Eliane. **A importância da tecnologia para crianças com deficiência intelectual**. jan. 2018. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/a-importancia-da-tecnologia-para-criancas-com-deficiencia-intelectual/155657>>. Acesso em: 14 maio 2022.

VIEIRA, Márcia de Freitas; SECO, Carlos Manuel. A Educação no contexto da pandemia de COVID-19: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação - RBIE**, v. 28, p. 1013- 1031, 2020.